

A região da Grande Vitória como palco da representação de “estrangeiros” no ES

Márcia Barros Ferreira Rodrigues – UFES mbfrodrigues@gmail.com

Maria Cristina Dadalto – UFES mcdadalto@gmail.com

Resumo: Discute o movimento migratório na Região Metropolitana da Grande Vitória a partir do processo de industrialização. Analisa, a partir da metodologia indiciária, portanto interdisciplinar, questões relacionadas ao caráter identitário e às relações sociais que os migrantes buscam estabelecer entre eles próprios e com os membros de outros grupos. Bem como avaliar a constituição de dinâmicas sociais e criminalidade resultantes desse processo de industrialização, migração e de urbanização a partir de diagnóstico realizado em quatro bairros localizados no município da Serra, a saber: Feu Rosa e Vila Nova de Colares, Alterosa e Nova Zelândia.

Palavras-chave: Movimento migratório, RMGV, criminalidade.

Resumo expandido: Segundo dados de Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, a concentração no Espírito Santo de residentes não-naturais do município é de 45,7%, o que representa um índice 5,6% superior ao do Brasil (40,1%). Apresenta-se, dessa maneira, comparativamente em termos nacionais, em nono lugar. Estando, inclusive, acima do patamar migratório do estado de São Paulo. Estudos analisando a migração interestadual brasileira no período de 1980-2000, apontam que este fenômeno tem início no último quinquênio do século XX, fase em que o Espírito Santo passa de estado emissor líquido de migrantes, nos primeiros anos, para receptor líquido nos últimos cinco anos. Nos processos migratórios o trabalho é, na maioria dos casos, causa principal. Nestas últimas décadas foram os grandes projetos industriais os responsáveis diretos pela dinâmica de crescimento econômico da RMGV, que, nos anos 90, já havia consolidado um contorno industrial-exportador para o Estado. Segundo informações do IJSN, nas décadas de 70 e 80, o conjunto dos municípios da RMGV era responsável, respectivamente, por 24,1% e 34,9% da população estadual. Percentual que atualmente compreende 47,5% dos residentes, com perspectiva de continuidade dessa tendência concentradora. Neste sentido, este trabalho pretende descrever o processo migratório na região da Grande Vitória, buscando explorar as representações dos grupos migrantes com relação às perspectivas de atuação e permanência no território capixaba, valorizando, as questões relacionadas ao caráter identitário e às relações sociais que buscam estabelecer entre eles próprios e com os membros de outros grupos. Bem como avaliar a constituição de dinâmicas sociais e criminalidade resultantes do processo de industrialização, migração e processo de urbanização a partir de diagnóstico realizado em quatro bairros localizados no município da Serra, a saber: Feu Rosa e Vila Nova de Colares, Alterosa e Nova Zelândia. Os dois primeiros considerados os bairros mais violentos da Região, fenômeno que tem se apresentado na sociedade contemporânea como um desafio constitutivo e definidor de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento humano Para produzir esta análise adotou-se uma metodologia indiciária, cuja proposta plural e diversa, inclui métodos de pesquisa tais como entrevistas em profundidade, mapa georeferencial, grupo focal, observação participante, pesquisa em jornais e história oral.

TEXTO COMPLETO

A região da Grande Vitória como palco da representação de “estrangeiros” no ES ¹

Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Maria Cristina Dadalto

Resumo: Discute o movimento migratório na Região Metropolitana da Grande Vitória a partir do processo de industrialização. Analisa, a partir da metodologia indiciária, portanto interdisciplinar, questões relacionadas ao caráter identitário e às relações sociais que os migrantes buscam estabelecer entre eles próprios e com os membros de outros grupos. Bem como avaliar a constituição de dinâmicas sociais e criminalidade resultantes desse processo de industrialização, migração e de urbanização a partir de diagnóstico realizado em dois bairros localizados no município da Serra, a saber: Feu Rosa e Vila Nova de Colares.

Palavra-Chaves: Movimento migratório, RMGV, criminalidade

I. INTRODUÇÃO

Os problemas vinculados à violência e à criminalidade urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Espírito Santo, remontam aos mesmos verificados em outros estados da federação, modo geral, a partir das últimas quatro décadas do XX, e realizados por meio do processo de industrialização em curso. Até os anos de 1950 a maior parte da população (78,2%) do Espírito Santo residia em área rural. Passados trinta anos há uma quase reversão dessa situação: em 1980 a população urbana já se constituía como maioria, detendo 63,9% do total de residentes no estado. De modo que em 2009 o grau de urbanização da população capixaba está em 82,6% (IJSN, 2011). Esse processo de adensamento se inicia com a instalação dos chamados “grandes projetos” na região Grande Vitória, a partir da década de 70.

O impacto da implantação dessas plantas industriais foi tal que nas décadas de 70 e 80, o conjunto dos municípios que compunham a Grande Vitória, atualmente denominada RMGV – Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Viana, Fundão e Guarapari – era responsável, respectivamente, por 24,1% e 34,9% da população estadual. Percentual que atualmente compreende 47,5% dos residentes, com perspectiva de continuidade dessa

¹ Pesquisa realizada com apoio da FAPES – Fundação de Apoio a Pesquisa do Espírito Santo.

tendência concentradora. Vale destacar que a economia do Espírito Santo, até os anos de 1960, tinha como base a produção cafeeira. Nesse sentido, a transformação econômica promove uma mudança estrutural no estado, que tem um retrato na transformação demográfica: um aumento populacional de 1,0 milhão para 3,5 milhões de habitantes, representando um crescimento médio de 2,1% ao ano, últimos sessenta anos (IJSN, 2011). Dessa forma, o ciclo da industrialização acelera o processo de urbanização do Espírito Santo, em especial, o da RMGV.

O modelo de desenvolvimento adotado no país após os anos 70, no qual milhares de migrantes instalaram-se nas grandes cidades em busca de trabalho permitiria ao país edificar um parque industrial. Contudo, apresentava problemas sérios, pois não havia renda suficiente para manter um mercado consumidor, associado a um processo de alta inflacionária. Segundo Cocco (2000), se articulam, então, a dívida inflacionária e o ciclo perverso do narcotráfico e da difusão social da violência; em consequência, se verifica uma transformação nas relações socioculturais, econômicas e políticas nas grandes metrópoles provocadas, inclusive, pela dramática deformação da questão da violência. Para Cocco (2000, p.70):

A segurança do Estado, a continuidade dos importantes níveis de desigualdade constituem-se às expensas do espaço público. Ou seja, o empobrecimento e a retração das relações sociais de cooperação e de constituição do espaço público tornam-se condições fundamentais de controle da hierarquia social. Sem poder sustentar os ritmos acelerados de urbanização das populações rurais por meio de uma verdadeira dinâmica de distribuição da renda, as comunidades autoprodutoras do espaço metropolitano inevitavelmente tiveram de atingir seus reservatórios de externalidades urbanas, sociais e culturais.

Nessa direção, podemos afirmar que a questão urbana e a fragmentação social operam um novo paradigma de interpretação das sociedades capitalistas contemporâneas. Entretanto, não podemos nos refugiar na lógica modernizadora dos anos 90 para explicar os recentes problemas urbanos que se expressam no Brasil. A metropolização é um fenômeno quantitativamente novo, entretanto os fenômenos que afetam as cidades brasileiras não são novos.

De acordo com estudos promovidos pelo JSN, a convergência dos investimentos para a RMGV patrocinou um processo acentuado de concentração do produto e da renda gerados no Espírito Santo. Nessa configuração, a Região foi responsável por cerca de 64% do Produto Interno Bruto do (PIB) – dados de 2003. Inevitavelmente, resulta dessa centralidade a contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio estado, do país e do exterior, estes em menor grau. O contexto de transformação e desenvolvimento da RGVM explicita, assim, as razões do desenvolvimento do fenômeno migratório na contemporaneidade, tanto regionalmente como localmente. Neste sentido, este trabalho

propõe avaliar a constituição de dinâmicas sociais e criminalidade resultantes desse processo de industrialização, migração e de urbanização a partir de diagnóstico realizado em quatro bairros localizados no município da Serra, a saber: Feu Rosa e Vila Nova de Colares.

2. A RMGV COMO PALCO DA URBANIZAÇÃO

A cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, emerge como centro metropolitano num processo de urbanização acelerada abrigando favelas espalhadas na região do centro, ocupando os morros e ganhando lugar de destaque na paisagem urbana da cidade. O processo de diferenciação espacial e social, aliado à inexistência de uma política habitacional eficiente e voltado para a população de baixa renda, constituiu-se em um instrumento propulsor do rápido alargamento da periferia da RMGV, que, sem infraestrutura ou condições mínimas da habitação, passou a abrigar considerável parcela da população do Estado.

A estimativa, segundo Nader (2003), é de que 250 mil pessoas desempregadas e de mão-de-obra desqualificada para a indústria, chegaram à RMGV na década de 1970. Esse acelerado processo de industrialização/urbanização transformou a paisagem de Vitória e deflagrou, num segundo momento, a ocupação e invasão dos espaços periféricos, manguezais e morros que se situavam no centro da ilha. O documento *Município de Vitória. Situação Sócio-Econômica* (1978) mostra que, em 1970, a área de cidade era de 81 quilômetros quadrados e o complexo portuário era a maior expressão de desenvolvimento da cidade. Nesse período, segundo o documento, de uma vez só, 50 mil trabalhadores rurais e suas famílias vieram para a capital. A população de 50.922, em 1950, passou para 83.351 após o fluxo migratório. Dez anos depois passaria para 133.019 habitantes. A estimativa é de que em 1983, 47% da população de Vitória estavam vivendo em favelas e que a cada dia eram construídos 20 novos barracos de madeira ou alvenaria.

Recentemente a Fundação Getúlio Vargas desenvolveu o IDSE – Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados que permite avaliar estatisticamente o desenvolvimento socioeconômico dos Estados, seu progresso, além de fornecer um indicador que possibilite a formulação de políticas públicas, pois que se constitui a partir de subindicadores relacionados com educação, saneamento básico, qualidade de moradias, emprego e renda, pobreza e desigualdade, saúde e segurança. Nos resultados correspondentes ao período de 2001 a 2007, o Espírito Santo foi considerado como o estado de maior desenvolvimento socioeconômico. Contudo, ressalva-se como problemática a questão da segurança pública.

A pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas revela que no período da pesquisa o índice relativo à segurança pública, mensurado a partir da mortalidade entre

jovens, demonstrou-se estável. Isso pode ser resultado de algumas medidas isoladas por parte dos municípios que mais enfrentam o problema da violência, mas que ainda não tem elementos suficientes de mensuração. Uma destas iniciativas, foi a que realizou-se no município de Serra no ano de 2007. A Prefeitura da Serra contratou um diagnóstico sobre a violência no município coordenado pela professora Márcia Barros Ferreira Rodrigues (2007), com apoio institucional da Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

O município da Serra está localizado na região metropolitana de Vitória e foi apontado como um dos mais violentos do Brasil no que diz respeito ao crime de homicídio em 2005 – dados divulgados pelo IPEA no período indicavam 120 homicídios por 100 mil habitantes. Entretanto, pesquisas recentes já apontavam uma significativa diminuição desses índices, o que se considera relacionado a partir de iniciativas implementadas pelo Fórum Serra Cidade da Paz. Este Fórum, constituído por representantes das instituições públicas, privadas e da sociedade civil do município da Serra, deliberou entre outras medidas, por um conjunto de ações sociais de combate e prevenção à violência e a criminalidade. Como forma de dar prosseguimento as deliberações do Fórum e com base nos resultados até o momento alcançados, a Prefeitura da Serra junto com FCAA da UFES, firmaram convênio para a execução do Primeiro Plano Piloto de Segurança Local, abrangendo o aglomerado com alto índice de homicídio no município que comporta os bairros de Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Alterosa e Nova Zelândia. Este Plano Piloto denominou-se Projeto Serra Cidade da Paz e teve início em setembro de 2006.

3. DA METODOLOGIA E DOS RESULTADOS

Segundo os parâmetros e orientações da SENASP, ao se analisar o fenômeno da violência e da criminalidade é preciso pensá-lo a partir da ótica da segurança cidadã. Nesse sentido, do ponto de vista do método, uma pesquisa de tal porte deve basear-se no pluralismo documental e teórico-metodológico dado a natureza do objeto “violência”, que é um fenômeno multicausal. Dessa forma, a metodologia proposta possui elementos de continuidade e ruptura com procedimentos metodológicos das ciências sociais ainda devedores do paradigma positivista. Assim, sem deixar de lado o paradigma racional-indutivo (continuidade), introduze-se o paradigma indiciário de base psicanalítica (ruptura). Tal metodologia tem o propósito de superar a dicotomia ainda existente entre racionalidade e irracionalidade, assim como dar conta da dimensão do imaginário e da fantasia (inerente ao humano), na ação política a partir de pistas ou sintomas tomados como sinais. Busca-se a interface interdisciplinar que remete ao campo dos estudos de fronteira entre História, Sociologia, Teoria política e Psicanálise para o estudo do fenômeno da violência (RODRIGUES, 2005, 2004).

O fenômeno da violência em geral e o aumento significativo do índice de delito em particular, têm se apresentado na sociedade contemporânea como um desafio constitutivo e definidor de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento humano. Diante desse fato observa-se um crescente interesse por dados numéricos traduzidos em estatísticas por meio de gráficos, estimativas e mapas de cunho espacial e georeferencial, com o objetivo de mensurar o desenvolvimento do fenômeno social da violência e do delito. Sem dúvida, esses procedimentos quantitativos são extremamente relevantes e imprescindíveis como norteadores ou indicadores da dinâmica do fenômeno da violência em qualquer aspecto. Inclusive, a construção desses dados é o primeiro passo em pesquisas e/ou projetos que visem à intervenção social.

A estratégia metodológica do diagnóstico realizado estruturou-se com a mensuração estatística e georeferencial como suporte para a análise qualitativa histórica e sociológica no aglomerado estudado no município da Serra, no Espírito Santo, a saber: Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Alterosa e Nova Zelândia. Portanto, a ênfase do diagnóstico centrou-se na abordagem qualitativa de base interpretativista na compreensão do fenômeno da violência. Isto posto, destacamos que o principal pressuposto do qual se parte para a compreensão da violência e da criminalidade no país de forma geral, e particularmente no aglomerado estudado, é que o tema da violência tornou-se nas últimas décadas um tema político-ideológico, ou seja, uma questão política, precisa.

Por quê? A crise da polícia após o término da última ditadura militar tornou-se patente e a sociedade civil não conseguiu até o momento, discutir a passagem da polícia política para a polícia civil, de forma clara. Embaralhou-se de tal forma essa discussão no Brasil, que não se consegue separar o aumento da criminalidade em função do processo de industrialização-urbanização capitalista acelerado, desigual e sem planejamento, que de resto aconteceu na maioria absoluta dos grandes centros urbanos mundiais; da crise institucional da polícia face à mudança do seu desempenho numa conjuntura de ditadura para o estado de direito. Assim, a complexidade das relações sociais no meio urbano brasileiro, não foi acompanhada por uma atuação renovada da polícia em termos de competência técnica, intelectual e principalmente institucional, para enfrentar o desafio do controle social numa perspectiva holística da segurança pública num estado democrático de direito.

Este quadro se agrava em países como o Brasil onde a dependência econômica no campo internacional, fruto das opções políticas históricas, tornaram as desigualdades mais gritantes. A presença do Estado no Brasil republicano se configurou de forma autoritária ou pelo vícios autoritário paternalista da ideologia do favor, tão familiar a nós brasileiros. Como consequência, a desigualdade encontrou diversas formas de manifestação, como na distribuição de renda, escolaridade, oportunidade de trabalho, lazer, moradia, saúde, estética, consumo etc. Isto propiciou um campo enorme para as angústias e medos na sociedade como um todo, gerando desconfiança, inveja, raiva, intolerância, ressentimento e

quebra de laços sociais de solidariedade. Este fato, por sua vez, estabeleceu um estado de passividade, indiferença e ódios recíprocos entre segmentos da sociedade como a polícia - que tem como função a manutenção da segurança pública e o uso legítimo da força - e a população excluída do processo de divisão do bolo em todos os aspectos.

Na esteira da crise, sobretudo política, que vivemos e cujo principal sintoma aparece na questão da polícia (também, por muitos, nomeada como questão da violência) o que temos é o rastro, a cauda do dragão da ditadura cuja transição para o estado de direito democrático ainda não se completou. O velho não morreu e o novo ainda não nasceu. Inclui-se aí a responsabilidade parental do estado, ou seja, conjunto de práticas políticas e ideológicas encetadas a partir de um lugar de poder dentro de uma dada lógica institucional. A responsabilidade parental do Estado implica a idéia de filiação, o que é da máxima importância. Na interpretação de Pierre Legendre, o conceito de filiação é fundacional. Pois o processo de formalização institucional dos Estados no ocidente cristão increveu-se dentro da problemática da Referência. O que implica afirmar o conceito de Estado para além de aspectos sócio-econômicos, portanto, da idéia de mercado. A partir de uma perspectiva do juridicismo ocidental, o Estado organiza e é organizado, prioritariamente, como uma forma histórica destinada a fazer produzir efeitos normativos. Estes efeitos representam os fundamentos da vida dos sujeitos individuais e coletivos; e a normatividade é lugar de realização de um jogo de imagens tributário da razão mesma da vida. Como a religião, o Estado, na cristandade ocidental, é a origem subjetiva e social do Interdito.

Neste sentido, o diagnóstico realizado, fonte para este trabalho, adotou uma metodologia plural e diversa: entrevistas em profundidade, mapa georeferencial, grupo focal, observação participante, pesquisa em jornais, história oral e indiciarismo. Ao todo foram sete meses de pesquisa, realizadas durante o ano de 2007, e que envolveram técnicas de Pesquisa participante - técnica pela qual o pesquisador integra-se e participa do cotidiano da comunidade para compreender-lhe o sentido de dentro; Mobilização participativa - técnica para envolver a comunidade em geral no projeto, e também identificar os parceiros. Meio de realização: reuniões com o Prefeito, secretários e representantes, lideranças e formadores de opinião. Criação de Comissões temáticas para discutir possíveis soluções num plano bem amplo; Entrevistas individuais em profundidade - técnica que privilegia a fala dos atores sociais a partir de uma abordagem mais aberta, permitindo atingir um nível de compreensão da realidade social.

Os atores públicos também foram contatados, em função de seu papel e atuação dentro das comunidades. E em função de sua visão exógena da comunidade. Acerca da quantidade de entrevista, é importante dizer que espectro de opiniões é limitado. Em outras palavras, dentro de um contexto social específico, onde um universo simbólico é compartilhado geralmente há um consenso em torno de pelo menos duas visões sobre um mesmo fenômeno ou realidade. Por essa razão, quantitativamente falando a literatura sobre o assunto recomenda entre 15 a 25 entrevistas. Ao longo da pesquisa os bairros de Alterosa

e Nova Zelândia, apresentaram conformidades bem diferentes em relação aos bairros vizinhos de Feu Rosa e Nova Zelândia, sobretudo com relação ao perfil de sua população. Neste sentido, a fim de evitar distorções que prejudicassem a análise, decidiu-se formar grupos de discussão apenas com os adultos dessas regiões. Ao mesmo tempo, os pesquisadores, por meio do método indiciário, buscavam observar e registrar os indícios, os sinais, as pistas, os detalhes aparentemente não significativos, não ditos, não explícitos das pesquisas realizadas em capo, a partir de entrevistas semi-estruturadas na forma de história oral.

As entrevistas em profundidade demonstraram a existência de uma representação simbólica do espaço geográfico por parte da população, expressando os conflitos e as estruturas de poder informal entre os moradores dos bairros, mas também, presente no sentimento dos operadores e gestores públicos, de uma dificuldade de se situarem, a depender do ponto estruturador de sua personalidade. Existe simbolicamente uma divisão que se configura entre os de dentro e os de fora e do centro para a periferia e que divide em zonas os bairros de Feu Rosa e Vila Nova², gerando uma separação entre os próprios moradores de cada bairro. Inspirados em Elias (2000), poderíamos dizer que se estabeleceu uma relação entre os estabelecidos, ou seja, os moradores mais antigos, “originários”, ou que se definem como tal e os outsiders, ou seja, os estrangeiros, os que são de fora, vindos de outros estados ou do interior do estado.

Esta relação é implícita, simbólica e dialética. Marcadamente preconceituosa e conflituosa ela se estabelece em termos de origem social e da organização do espaço social. No entanto, é fundamental entendê-la para programar qualquer ação de intervenção. O entendimento dessa configuração simbólica, seguindo o critério geopolítico de dividir por região o município da Serra, propicia um gerenciamento melhor do controle da criminalidade e é fundamental para a compreensão do crime de homicídio no aglomerado em questão. Pra tal, foi elaborado um conjunto de mapas georeferenciais da região estudada no período de janeiro a dezembro de 2006. Nele destaca-se a concentração espaço temporais de homicídio por tipo, mês, dias da semana, horário e local (rua). Essa estratégia esta baseada no critério de que, quanto menor a área estudada mais eficaz é o controle. Assim, os mapas produzidos oferecem inúmeros cruzamentos que permitem perceber dados quantitativos importantíssimos para uma análise cartográfica e posteriormente sociológica, oferecendo informações para melhor controle e prevenção da criminalidade nos locais selecionados.

Os cruzamentos dos mapas demonstraram uma forte tendência de relação entre a concentração da localização dos bares e a ocorrência de homicídios por crime de tóxico. Assim, fica bem evidenciado a mistura explosiva entre álcool, drogas, bares e a maior possibilidade de ocorrência de desentendimentos, brigas e uma possível relação entre

² Optou-se neste paper por apresentar apenas os resultados da pesquisa com relação aos bairros Feu Rosa e Vila Nova de Collares, pois são os que apresentaram mais problemas sociais.

alguns conjuntos de bares enquanto boca de fumo, e o tráfico, na região estudada. Levando em conta essas relações poderíamos inferir indiciariamente, que existe uma concentração de atrativos como droga, tráfico, álcool, bar, arma de fogo e identidade deteriorada em locais específicos do aglomerado. Há uma coincidência nessa correlação. Ou seja, as áreas sobrepostas dos três mapas mostram concentrações coincidentes dos homicídios por tóxico perto da concentração dos bares e perto das áreas identificadas pela população como representação simbólica de área deteriorada, a saber, em Feu Rosa – área destinada às pessoas vinda do morro do macaco e final da linha de ônibus, os estrangeiros. Em Vila Nova de Colares - área do brejo e área próximos ao “lixão”.

4. A GUISA DA CONCLUSÃO

A associação entre modernização, criminalidade e violência não implica numa relação causal simples. Cidades que tiveram maiores taxas de crescimento econômico e populacional não apresentam, necessariamente, maior taxa de criminalidade. O que ocorre é a ausência de políticas de Estado articuladas com as especificidades estaduais da modernização, capaz de controlar e diminuir o que é, em princípio, potencializa e cria um problema social que, deixado a si próprio, tende a corroer as bases da sociabilidade urbana.

O que se observa é que a construção do espaço metropolitano ao longo da década de 80 molda-se a construção de uma sociabilidade segregadora em função de que o planejamento do espaço não sucedeu a um planejamento da ocupação humana. A distância cognitiva na relação centro-subúrbio é potencializada pelo crescimento de uma distância física da urbanidade metropolitana na década de 80 que se aprofunda na década de 90 e se consolida nos anos recentes.

O *boom* de ocupações a loteamentos, territórios vazios entre bairros (as invasões), conjuntos habitacionais, áreas verdes e posterior processo de verticalização; bem como o a defasagem ao atendimento das demandas sociais das populações migrantes, criaram, na origem de diversos bairros, e não somente Feu Rosa e Vila Nova de Colares, processos de ilegalidade, semi-legalidade, e também zonas de controle privado e falta de controle estatal sobre operadores e aparelhos públicos.

A ausência do Estado faz-se sentir nestas áreas não pela presença apenas de um banditismo, mas também pelo controle privado de recursos públicos por parte de operadores de Estado, sendo esta parte da baixa eficiência de aparelhos educacionais, polícia, postos de saúde e creches. Em síntese, os empregos em aparelhos públicos transformaram-se em moeda de troca política com resultados questionáveis do ponto de vista social. O baixo capital social destas comunidades é um fator importante para relacionar-se a baixa capacidade de fiscalização e controle de gestores e aparelhos públicos.

Entretanto, nada parece superar e potencializar tal distância cultural socioeconômica do que a marca da violência. A fragilidade destas populações tanto frente ao Estado quanto

aos meios para garantir sua própria integridade física, faz parte do discurso comum de diversos entrevistados por nossa equipe de campo. Entretanto, ao contrário das políticas de saúde, educação e infra-estrutura, as políticas de segurança demandam na agenda pública, solução imediata.

REFERÊNCIAS:

COCCO, G. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortes, 2000.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

IJSN. Nota técnica. Número 21, Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf. Acesso em 19.05.2011

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática”, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983

NADER, Maria Beatriz.(2003). **Mudanças Econômicas e relações conjugais**: novos paradigmas na relação mulher casamento. Vitória (ES) 1970-2000. Tese de Doutorado, USP.

RODRIGUES, M.B.F.e CRUZ, D.S. et all. (2007). **Plano de Segurança Local. Diagnóstico Histórico-sociológico**. Relatório Técnico. Vitória: Secretaria de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Serra\ES.

RODRIGUES, Márcia B.F. “Razão e Sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário” In **Revista Dimensões**. Vitória:Universidade Federal do Espírito Santo- CCHN, nº 17, 2005, pp.213-221.

RODRIGUES, Márcia B.F. “Exclusão e imaginário político: reflexões acerca das emoções no processo de inclusão social” In **Exclusão social, violência e identidade**/ Sebastião Pimentel Franco, Gilvan Ventura e Anselmo L. Laranja, organizadores. Vitória: Flor & Cultura, 2004, pp. 31- 40.

SIQUEIRA, M. da P.S. (2006) ”Crescimento urbano: modernização e fragmentação social”. In Maria da Penha Smarzaró Siqueira (org.). **Sociedade e Pobreza**. Vitória: UFES\PPGHIS.